

## Por uma história social das memórias da ditadura militar brasileira<sup>1</sup>

Carolina Dellamore, Gabriel Amato e Natália Batista

*Disse ao telefone que era uma estudante fazendo um trabalho escolar. Pediu muito que as três irmãs estivessem presentes. Ao chegar, explicou a ideia do seu projeto. Era uma garota miudinha de olhos brilhantes e gestos rápidos. Muito educada, pediu licença para filmar, armou o tripé com a câmera e começou a entrevista pela irmã mais velha. (Bernardo Kucinski, 2014)*

Assim começa o conto “A entrevista”, publicado por Bernardo Kucinski no livro *Você vai voltar pra mim e outros contos*, em 2014. A cena narrada pelo autor soa familiar para todo historiador que decide usar as entrevistas como método para problematizar as significações presentes da ditadura militar brasileira. Uma estudante realiza uma pesquisa sobre os familiares de mortos e desaparecidos pelo regime de exceção. Ela marca uma entrevista com três irmãs que tiveram o pai “desaparecido” durante os anos 1960-70 por motivos políticos, chega à casa das entrevistadas, ajeita o equipamento de gravação e começa as suas perguntas pela irmã mais velha. Logo no início da entrevista de história oral, a pesquisadora é surpreendida pela lembrança da irmã, que conta o dia em que entendeu que seu pai estava morto, o dia no qual, metaforicamente, “matou o pai”. Nas palavras do narrador: “As duas irmãs mais jovens escutam, tensas, de olhar cravado na mais velha, como que hipnotizadas. A estudante sentiu a gravidade do momento. Sua ideia original de argumento para o trabalho de conclusão de curso tomava rumo inesperado” (Kucinski, 2014, p. 87).

O transcorrer da entrevista, narrado no mesmo conto, evidencia o conflito entre as diversas memórias do pai construídas pelas irmãs. A variar com a temporalidade de suas trajetórias de vida, as irmãs elaboraram representações paternas e lidaram com o luto de maneiras distintas, acionadas no momento da entrevista e evidenciando um conflito que ocorre diante da câmera e do gravador da estudante. Perguntas e discordâncias surgem: seria o pai um herói? Ou um egoísta, por ter se ausentado e trocado a vida familiar pela militância política? Por outro lado, o funcionamento da rememoração também é discutido: um retrato do pai aparece como suporte da lembrança para duas irmãs, enquanto que para a outra ele nada significava. Kucinski, ele próprio familiar de uma militante política “desaparecida” pelo regime militar, transforma em literatura não apenas a história de quem foi vitimado pela repressão, mas também os impasses e incômodos do pesquisador que decide lidar academicamente com a temática. O

---

<sup>1</sup> Introdução do livro “*A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro*” organizado por Carolina Dellamore, Gabriel Amato e Natália Batista. Publicado no Brasil pela editora Letra e Voz, em 2017.

lugar do pesquisador, aliás, não escapa da ironia presente na narrativa do autor. Ao final do conto, o narrador declara: “*A estudante desliga o gravador. Suas mãos tremem um pouco. Não sabe mais o que perguntar*” (Kucinski, 2014, p. 90).

Cinquenta e três anos após o golpe de 1964, o tema do regime que esse acontecimento-chave instaurou é alvo de narrativas literárias, e ainda toma conta do debate público no Brasil. Para muito além das esperadas atividades acadêmicas e dos trabalhos de memória patrocinados pelos movimentos sociais das esquerdas, uma série de outras narrativas sobre o período, em geral subterrâneas ou envergonhadas, vieram à tona ao menos desde as manifestações de 2013 e continuam a aparecer ainda hoje. A situação política instável no presente tornou a quebra da legalidade em 1964 uma espécie de referência. O processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff levantou a questão: foi ou não foi golpe? O vocabulário político característico do contexto ditatorial tem retornado ao debate público, apesar de a história não ser a mestra da vida. Além disso, não foram raras as contraditórias manifestações públicas que pediam a volta da ditadura ou uma “intervenção militar” (eufemismo para a defesa da quebra da legalidade democrática).

Nesse conturbado contexto, o senso comum, postulante da ideia de que o “*brasileiro não tem memória*”, parece estar sendo desafiado de uma forma que a muitos surpreende: parte expressiva dos brasileiros demonstra ter, sim, uma memória sobre o passado recente. No entanto, esses trabalhos de memória lançam mão das lembranças de políticas desenvolvimentistas, do patriotismo e do anticomunismo para positivar um regime que censurou a imprensa e as artes, que adotou a tortura como política de Estado e que prendeu, exilou, “desapareceu” e matou por motivos políticos, tornando corrente o chamado crime de opinião.

No turbilhão dos acontecimentos que marcaram o período entre 2014 (ano do cinquentenário do golpe de 1964) e 2017 – Copa do Mundo de futebol realizada no Brasil sob forte oposição, eleições presidenciais acirradas, modelo de desenvolvimento baseado na expansão do consumo mostrando suas fraquezas, divulgação do relatório da Comissão Nacional da Verdade, impeachment ou golpe, ataques aos direitos sociais e trabalhistas, aprovação da Lei Antiterrorismo n. 13.260/2016 –, muitos atribuíram os pedidos públicos de “*intervenção militar*” ou o apoio a um candidato que afirma que “*o erro da ditadura foi torturar e não matar*” ao desconhecimento da história recente. Segundo essa perspectiva, muito difundida na imprensa e nas redes sociais, bastaria um bom livro de História ou algumas aulas com um bom professor da disciplina e toda essa nostalgia da ditadura se mostraria infundada. Num misto de otimismo iluminista com o saber histórico escolar e desconhecimento sobre as bases sociais do regime

autoritário, foi atribuída à História e aos historiadores a responsabilidade de “educar” e “convencer” aqueles brasileiros que não comungam os valores liberal-democráticos.

Como bem se sabe, afinal, a representação histórica predominante sobre o regime político instaurado em 1964 tem sido conformada, desde a anistia de 1979, por uma narrativa memorialística que aposta na oposição entre Estado e sociedade para construir um pacto democrático. Nas palavras hoje já canônicas do historiador Daniel Aarão Reis Filho, essa memória hegemônica sobre o período postulou a tese de que “*a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar*” (Reis Filho, 2002, p. 10). A defesa da ditadura, portanto, só poderia ser explicada, nesta perspectiva, pelo viés da ignorância de alguns ou da inocência política de muitos. Pouco ou nenhum esforço reflexivo se volta para a compreensão da dinâmica dessas memórias positivas, ainda que minoritárias, acerca do regime. Nem mesmo a multiplicidade das memórias das oposições e suas disputas internas são reconhecidas. Por outro lado, outras possibilidades de lembrar e/ou esquecer a ditadura, pouco afeitas à dicotomia resistência versus adesão, nem mesmo chegam a ser consideradas. Prefere-se afirmar uma narrativa conciliatória acerca do período, o que implica até mesmo a imposição de limites para os projetos políticos que pensam a questão das graves violações de direitos humanos perpetradas durante o regime e as dimensões da justiça transicional no presente.

Sem negar a efetiva importância e a urgente necessidade de uma educação para os direitos humanos, a diversidade e a democracia no Brasil, talvez essas avaliações deixem de lado algumas questões importantes. Será que parte daqueles que se lembram com otimismo e nostalgia da ditadura não o fazem porque, no passado como no presente, defendem projetos autoritários? A reafirmação de uma memória conciliatória e contrária ao autoritarismo sofre contestações de grupos sociais tanto à direita como à esquerda? Ademais, essa narrativa dominante não esconde uma multiplicidade de práticas sociais de recordação e silenciamento, que sobrevivem em redes de sociabilidade com acesso limitado à grande mídia ou à academia? Há circuitos próprios de divulgação, comemoração e celebração de memórias alternativas, subterrâneas ou até mesmo envergonhadas sobre a ditadura? Se existem, como funcionam e como disputam a atribuição de significados ao período do regime? Mesmo dentro dos grupos sociais, será que não há formas diferentes de se lidar com as narrativas de memória que indiquem especificidades individuais que a História deveria também investigar?

A proposta central deste livro é a construção de narrativas propriamente historiográficas que possam, a partir de questionamentos como os elencados acima, conformar uma história social das memórias da ditadura por meio da metodologia da história oral. História na medida em nos preocupamos com a análise dos ritmos temporais – cambiantes e avessos à imagem de

uma memória cristalizada, passível de ser “resgatada” – das formas de se lembrar a recente experiência de autoritarismo no Brasil. Social porque pretendemos nos atentar tanto para as variações entre os grupos sociais, em suas disputas políticas e identitárias, como para as idiosincrasias individuais. Das memórias porque entendemos que o que acontece no momento de uma entrevista de história oral é o registro de um trabalho de memória feito no presente, a partir da relação estabelecida entre entrevistador e entrevistado, num “diálogo interativo” que possibilita que conteúdos da memória sejam evocados e organizados verbalmente (Portelli, 2010, p. 19). Trata-se, enfim, de tomar as narrativas memorialísticas como objeto de estudos, tendo em vista a produção de uma historiografia que não pretende reificar essas memórias, mas que também não as ignora ou as trata como inverdades.

Com esses objetivos e reflexões em mente, convidamos uma gama diversa de pesquisadores que realizaram trabalhos de campo em história oral para participar do projeto. A ideia é sublinhar a diversidade das memórias sobre a ditadura e, por isso, há historiadores que trabalham com diferentes grupos sociais: mulheres militantes da luta armada, artistas do teatro de resistência, operários da Cidade Industrial de Contagem, militares, estudantes universitários que participaram do Projeto Rondon, familiares de mortos e desaparecidos, militantes dos movimentos negros, moradores das regiões de guerrilha que se aproximaram das Forças Armadas, moradores das agrovilas da Transamazônica, populações indígenas, anarquistas, pessoas LGBTQ+, presos políticos.

De acordo com Alessandro Portelli, *“a história oral não tem sujeito unificado; é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade no narrador”* (1997, p. 39). Nessa perspectiva, uma das escolhas centrais do livro foi privilegiar diferentes pontos de vista sobre uma mesma temática. Sabe-se que o regime militar foi percebido pelos sujeitos de forma diferenciada, e que fazia grande diferença o lugar social em que se encontravam. Múltiplos podiam ser os marcadores sociais de diferença que balizavam a experiência social no período: um homem branco de classe média, uma mulher negra e universitária, um pobre e trabalhador da construção civil, uma autora lésbica, um advogado apoiador do regime – todos viveram e lembram a ditadura, mas de formas particulares que cabe ao historiador explicar. Ao privilegiar tal perspectiva, assume-se a proposta de compreender diferentes sujeitos que vivenciaram o mesmo período e tiveram experiências históricas diversas, construindo, portanto, formas de lembrar da ditadura a posteriori também diferentes.

A história oral permite, portanto, singularizar as experiências a partir do momento em que busca compreender o individual para se chegar à possibilidade de leituras minimamente

coletivas. Portelli faz uma crítica ao clássico conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs afirmando que “*não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos, se lembram*” (Portelli, 2006, p. 127). Não é nosso interesse invalidar a possibilidade de investigar memórias coletivas, mas atentar ao fato de que, diante dos diversos marcadores sociais da diferença, o lembrar e o esquecer será um processo diferenciado e carregado de nuances.

Trabalhar usando a história oral como método é tentar escapar de generalizações tais como “*toda a sociedade resistiu*” ou “*toda a sociedade apoiou*”, ambas saídas fáceis e simplificadoras das experiências humanas no tempo. A noção de “sociedade” diz respeito a uma complexidade de indivíduos e grupos sociais, sendo necessário nuançá-la para que seja possível entender as diferentes formas de vivenciar e de lembrar este complexo período ditatorial. Muito do receio envolvendo a metodologia da história oral tem relação com a complexidade de se trabalhar com essas múltiplas narrativas, carregadas de características subjetivas e pessoais. Nesse sentido, partilha-se da perspectiva de Philippe Joutard de que “*reconhecer sua subjetividade é a primeira manifestação do espírito crítico*” (2006, p. 57). Reconhecer o seu caráter ambíguo é também criar elementos que permitam interpretar as fontes obtidas a partir da história oral – narrativas de memória, fundamentalmente – de forma crítica e fundamentada.

Muito já se falou no campo historiográfico sobre a complexidade de analisar as fontes orais. Para os autores desta coletânea, a dificuldade se faz presente em qualquer fonte histórica. Pressupor que fontes documentais escritas são mais seguras, mais verídicas ou menos subjetivas é ignorar que todo e qualquer documento é produzido por homens e mulheres a partir de interesses e motivações. Todo documento, indiferente de seu suporte, precisa encontrar formas específicas de análise e interpretação a partir de suas condições (temporais, materiais, etc.) de produção. Esta perspectiva é compartilhada nos textos contidos no livro. A maior parte dos artigos faz uso de entrevistas e de documentos escritos em conjunto, não no sentido de comprovar informações, mas no de facilitar a compreensão dos temas escolhidos. Propõe-se, portanto, um diálogo entre a História e a memória que descortine aspectos sociais do regime militar instaurado em 1964.

De acordo com Henry Rousso, “*o próprio fato de escrever uma história da memória significa, por definição, que se ultrapassa essa oposição sumária entre história e memória, pois isso equivale a admitir que a memória tem uma história que é preciso compreender*” (2006, p. 97). Nesse sentido, a defesa de uma história social das memórias da ditadura é fruto da percepção de que a memória pode contribuir para a compreensão do conhecimento histórico a partir do momento que singulariza experiências no tempo e complexifica processos sociais.

O tema das “batalhas de memória” sobre a ditadura tem mobilizado historiadores e cientistas sociais ao menos desde o início da década de 1990. Ainda que nem sempre dialoguem explicitamente entre si, esses textos configuram uma historiografia acerca das formas de lembrar a experiência do autoritarismo. João Roberto Martins Filho localiza essa “guerra de memórias” basicamente entre ex-militantes e militares, na qual, para os primeiros, haveria um esforço para manter viva essa memória, pois lembrar era continuar resistindo à ditadura; enquanto que, para o segundo grupo, era preciso esquecer, virar a página em nome da reconciliação nacional. Nesse sentido, o autor chama a atenção para o fato de que, à medida que os ex-militantes não se calaram, os militares também vieram a público expor “*sua visão dos acontecimentos e/ou para defender sua atuação pessoal*” (2002, p. 182), já que, para eles, “*se venceram a guerra contra as organizações de esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória*” (D’Araujo; Soares & Castro, 1994, p. 13).

Denise Rollemberg (2006) também analisa essa batalha de significações, mas busca complexificar a memória construída em torno da ditadura militar, principalmente no campo da esquerda que atuou na luta armada. A autora considera que “*entre os vencidos que venceram a memória houve uma pluralidade de memórias esquecidas, (...) ou não incorporadas na memória coletiva ou incorporadas como esquecimento*”. Sendo assim, mesmo entre aqueles que atuaram na esquerda revolucionária, há uma diversidade de memórias sobre a experiência vivida durante a ditadura militar que se tornam periféricas e marginalizadas, não sendo reconhecidas no espaço público como maneiras legítimas de lembrar desse passado.

As “batalhas de memórias” e disputas por versões dos acontecimentos pós-1964 se fizeram e se fazem presentes ainda hoje. Elas ocupam lugares de memórias de toda ordem – nas comemorações e monumentos; em filmes, seja de linguagem ficcional ou documentária; em livros autobiográficos, biográficos, de memórias e também os historiográficos. Estas “batalhas”, do mesmo modo, são trazidas à tona por meio de entrevistas em projetos de história oral com os mais diversos recortes – memórias dos militares, memórias da anistia, memórias do movimento estudantil, dentre outros. Consideramos que a história oral tem sido desde muito tempo utilizada como metodologia de pesquisa para a investigação sobre o tema da ditadura militar no Brasil. Contudo, torna-se cada vez mais importante, para além do registro de memórias, o investimento em análises verticalizadas sobre os processos de rememoração, pois, como aponta Marcos Napolitano,

o grande tema ao qual a historiografia tem contribuído é a chamada “batalha da memória”, que faz com que os herdeiros ideológicos de militares, liberais, comunistas, nova esquerda revisem os discursos construídos pelos protagonistas, ora para reiterá-los, ora para desconstruí-los. Em que pesem as revisões que começam a tomar conta dos debates acadêmicos, ainda predominam, sobretudo na mídia e nos atores político-

sociais, as visões dicotômicas que analisam o regime como um jogo desigual entre heróis e vítimas, sociedade contra Estado, militares contra civis. Trata-se de um desafio para a historiografia – composta por historiadores naturalmente posicionados dentro do espectro ideológico brasileiro – incorporar criticamente as matérias de memória geradas pelos vários grupos que atuaram e atuam na dinâmica política, perpassada por lutas e disputas complexas. (2014, p. 216, grifo nosso)

Sendo assim, a proposta do livro *A ditadura aconteceu aqui: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro* surge deste desafio historiográfico, apontado por Napolitano e colocado aos historiadores que têm a ditadura militar como objeto de investigação: o de incorporar criticamente a memória às pesquisas, levando em consideração as lutas e disputas políticas no passado e no presente.

O livro foi dividido em duas partes. Na primeira, intitulada *A polifonia das memórias da ditadura*, busca-se refletir sobre os diferentes grupos sociais que vivenciaram o contexto da ditadura. A ênfase recai em sujeitos ou grupos que experienciaram de forma diversa o mesmo tempo histórico, mas partilharam de perspectivas e lugares sociais completamente diferentes. No que tange à perspectiva da história oral, pode-se dizer que todos os textos são bastante originais, no sentido que as entrevistas pouco ou esparsamente foram utilizadas no contexto de produção do conhecimento histórico sobre a ditadura, e qualquer proposta nesse sentido seria interessante. No que se refere aos temas selecionados, alguns continuam sendo pouco pesquisados quando se pensa a ditadura militar brasileira. Bons exemplos seriam o trabalho de Amilcar Araujo Pereira e Agenor Brito dos Santos Neto, que discutem a criação do movimento negro no contexto ditatorial; o texto de Luiz Morando, que discute a repressão policial a gays e travestis; a repressão aos povos indígenas, no capítulo de Juliana Ventura; a narrativa dos moradores da Amazônia, de César Martins de Souza e Janaina Martins Cordeiro; ou mesmo a investigação do anarquismo durante a ditadura, feita por Rafael Viana da Silva. Nesse sentido, parte-se da perspectiva de que os textos são inovações não apenas metodológicas, a partir do uso da história oral, mas também temáticas, pois partilhamos da opinião de que esses temas foram pouco abordados pela historiografia sobre a ditadura até o momento.

Os outros trabalhos partiram de temas mais investigados pela historiografia. A diferença é que os autores elaboraram suas análises a partir de deslocamentos de sentido, dando ênfase a determinados sujeitos e a grupos pouco pesquisados. Seria o caso de Plínio Ferreira Guimarães, que em vez de investigar a guerrilha do Caparaó do ponto de vista dos militantes políticos se propõe a entender o impacto das ações cívico-sociais na vida dos moradores da região; Natália Batista, que pesquisa artistas da resistência, mas vinculados ao teatro e não ao campo musical; Gabriel Amato, que analisa a experiência estudantil pela perspectiva dos estudantes que participaram do Projeto Rondon no contexto da ditadura militar; Carolina Dellamore, que

também faz essa inversão de sentido ao privilegiar a Campanha Operário Padrão e não as greves dos trabalhadores nos anos 1960-70; ou Débora Raiza Rocha, que investiga o campo da luta armada, mas sob a ótica das mulheres da Ação Popular.

Na segunda parte do livro – denominada *A história oral, os espaços de escuta e a construção de acervos* – buscou-se discutir experiências institucionais de produção e constituição de acervos de fontes orais. Aqui, Celso Castro revisita entrevistas produzidas com os militares no início dos anos 1990 através do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Janaína de Almeida Teles apresenta o projeto de história oral dos presos políticos realizado no âmbito do projeto Intolerância e resistência: Memória da repressão política no Brasil (1964-1985), uma parceria entre o Diversitas (FFLCH-USP) e o Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp), com o apoio da Fundação Ford. Por último, Deusa Maria de Sousa e Maria Cecília de Oliveira Adão abordam a importância da quebra do silêncio de familiares de mortos e desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia para a luta por memória, verdade e justiça, especialmente no contexto da Comissão Nacional da Verdade.

Assim, se as memórias da ditadura são múltiplas e variadas, as formas de utilização da metodologia da história oral também estão longe de consenso. O que unifica os artigos desta coletânea é a perspectiva de que a memória pode contribuir para e/ou ser objeto do conhecimento histórico. A partir desta premissa, os autores escolheram diferentes maneiras de tratar as entrevistas: partiram de um único sujeito e construíram os seus argumentos a partir dele; indagaram múltiplos sujeitos buscando aproximações em suas perspectivas; ou, ainda, avaliaram séries de entrevistas realizadas ao longo de anos.

Outro aspecto que faz a junção destes capítulos é a utilização das entrevistas como fontes de pesquisa. Em todos os artigos, é perceptível o interesse de fazer da entrevista uma possibilidade de construção da História a partir de fragmentos de memória e da compreensão do que é lembrado pelos entrevistados no presente. Alguns autores utilizam as entrevistas com o intuito de apresentar os sujeitos que se decidiu investigar, o que implica em citações de depoimentos mais extensas e contextualizadas ao leitor. Outros, pouco utilizam trechos de entrevistas, e as discussões se deslocam mais sobre as formas de lembrar. Em alguns capítulos, as entrevistas norteiam o argumento central do texto. Em outros, por fim, elas completam reflexões iniciadas por outras fontes e seu uso é feito com maior parcimônia.

Não foi um objetivo do livro determinar as maneiras adequadas de se apropriar da metodologia da história oral. Cada autor, a partir de suas experiências e perspectivas de pesquisa, fez o uso que considerou mais adequado para o seu argumento central. Nesse sentido,



o livro também é uma contribuição ao campo da história oral a partir do momento em que expõe variadas formas de utilização das entrevistas e diferentes formas de interpretá-las no contexto brasileiro contemporâneo.

Terminadas as considerações, esperamos que o livro consiga contribuir para a compreensão da ditadura militar brasileira, da percepção de narrativas polifônicas sobre o período, assim como dos múltiplos usos da história oral. Em determinado momento do romance *A resistência*, de Julián Fuks, que conta a história de uma família que fugiu para o Brasil no contexto da ditadura argentina, o narrador afirma que “*Ter um filho há de ser, sempre, um ato de resistência. (...) Mais um modo de se opor à brutalidade do mundo*” (2015, p. 42). Para os organizadores deste livro, escrever um livro também é um ato de resistência: contra a memória hegemônica que tudo solapa, contra a homogeneização dos sujeitos e de suas experiências do tempo, e a favor de um conhecimento histórico que compreenda os sujeitos em sua multiplicidade, aponte suas contradições e contribua para a emancipação crítica de homens e mulheres.

## Referências

D’Araújo, M. C.; Soares, G. A. D.; Castro, C. (org.). **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Fuks, J. **A resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Joutard, P. “História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: Amado, J.;

Ferreira, M. M. (org.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 43-62.

Kucinski, B. **Você vai voltar pra mim e outros contos**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

Martins Filho, J. “A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos dos militantes e militares”. **Varia História**, n. 28, 2002, p. 178- 201.

Napolitano, M. “O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica”. **Contemporânea**, v.2, ano 2, 2011, p. 209-17.

Portelli, A. “O massacre de Civitella Val di Chianna: mito, política, luto e senso comum”. In: Amado, J.; Ferreira, M. M. (org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 103-30.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e voz, 2010.

Reis Filho, D. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

Rolleberg, D. “Esquecimento das memórias”. In: Martins Filho, J. (org.) **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006. p.81-91.

Rouso, Henry. "A memória não é mais o que era". In: Amado, J; Ferreira, M. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 93-101.